

Saudação à ABED.¹

Eliézer Rizzo de Oliveira ²

Tenho o prazer de saudar o Reitor Osvaldo Batista Duarte Filho, que dirigiu palavras tão gentis a meu respeito. Como ele disse, somos amigos há anos, tendo como referência o movimento docente de que fomos militantes. Saúdo igualmente a senhora Daniela, representante do Ministro da Defesa, e as autoridades acadêmicas civis e militares.

Poucas vezes eu me senti tão gratificado como hoje no âmbito universitário. O momento que vivemos tem um especial significado, uma verdadeira celebração, pois se trata do I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, cujo futuro está inteiramente aberto. No entanto, seu presente – comportando a organização, a representatividade e a consolidação - é o primeiro grande desafio.

Gostaria de saudá-los e desejar pleno sucesso ao evento. Que novos projetos encontrem aqui sua inspiração e que o conclave estimule novas amizades e oportunidades de cooperação, tendo como pano de fundo o excelente programa de todos conhecido.

Em particular, saúdo a Diretoria da ABED na pessoa do Prof. Dr. João Roberto Martins Filho, seu presidente. Estes colegas, encarregados dos primeiros passos da ABED, convidaram-me para falar-lhes neste momento. Agradeço-lhes a enorme generosidade e espero que vocês não se sintam frustrados com o que lhes exporei a seguir.

¹ Discurso de abertura do I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos da Defesa. Universidade Federal de São Carlos, 19.09.2007.

² Professor titular aposentado da Unicamp; pesquisador e ex-coordenador do seu Núcleo de Estudos Estratégico; ex-diretor do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina (Memorial da América Latina, São Paulo).

Tomo a liberdade de destacar a presença do Dr. Richard Downes (do Center for Hemispheric Strategic Studies, Washington, DC, Estados Unidos), um querido amigo que acompanha de perto o processo político, as Relações Exteriores e a Defesa Nacional do Brasil. Saúdo igualmente as pessoas que vieram do exterior para participar deste evento.

Caminhos que conduzem à ABED.

Ao serem criadas, as instituições pressupõem caminhos percorridos, projetos, experiências que contam para a vida pessoal e profissional de pessoas que se unem por afinidades e interesses. A ABED tem o respaldo do passado dos que nos associamos nela. Uns chegaram antes às áreas temáticas que motivam a ABED, outros ainda virão. Assim é o desenvolvimento e a renovação previsível desta instituição.

Proponho que a tolerância, a flexibilidade e a busca das alternativas aos conflitos – ou seja, o cultivo dos consensos – constitua o pacto de nossa convivência. Que, hoje e amanhã, a perspectiva de participar da ABED, de construí-la, de ampliar seus horizontes, de preparar trabalhos para seus eventos – tudo isto constitua um enorme prazer humano e intelectual, que todos nos sintamos gratificados em todos os sentidos. Este é meu voto e meu desejo.

Nos caminhos que levam a criação da ABED – restrinjo-me ao âmbito brasileiro nestas considerações – acham-se a militância profissional universitária (inclusive nas escolas militares), o oferecimento de disciplinas sobre Forças Armadas, Defesa Nacional, processos de paz, conflitos, sistemas políticos, etc. Além de disciplinas, encontramos programas, geralmente de pós-graduação, que ganharam expressão em anos recentes.

Além de disciplinas, acham-se nestes caminhos programas, geralmente de pós-graduação, que ganharam expressão em anos recentes. Onde há disciplinas e programas de pós, há também pesquisas de que alguns centros são realidades altamente consolidadas entre nós. Não é possível deixar de identificar a militância de diversos dos colegas na

ANPOCS (não é o meu caso, mas acompanhei esta história), onde labutaram no Grupo Forças Armadas. Mais recentemente, devemos ao professor Manuel Domingos Neto (e ao professor Erney Camargo, então presidente) a novidade do Grupo Técnico Defesa do CNPq, que está fadado a ocupar uma posição de maior reconhecimento. Aqui está um dos desafios que se colocam a ABED.

A partir dos anos 1980 alguns centros e núcleos de pesquisa sobre a temática militar surgiram em nossas universidades. Dado que eles se relacionaram muito estreitamente com o que foi comentado acima, eles funcionaram como propulsores do que veio posteriormente. A título de exemplo, e por que estão hoje representados neste encontro, cito o CPDOC – FGV e o Arquivo Ana Lagoa, da UFSCar.

Aí se inscrevem os Encontros Nacionais de Estudos Estratégicos, que se originaram na Secretaria de Estudos Estratégicos da Presidência da República, sendo ministro do Almirante Mário César Flores. Eles tiveram uma trajetória irregular, que reflete as dificuldades que povoam nosso campo de estudos. Mas vale lembrar que o VII ENEE ocorrerá em Brasília, sob os auspícios do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Muito se poderia dizer acerca da inserção internacional de pesquisadores e programas, já que vigora um sistema de redes e de cooperação de grande atividade e qualidade. Mas prefiro restringir-me à dimensão propriamente nacional das experiências que ora confluem para a ABED, não exclusivamente, e verdade, mas com densidade suficiente para que possamos considerar alguns dos desafios que se colocam no presente e futuro imediato. Vamos chamar estes desafios de missões.

Missões ou objetivos.

Três missões se colocam de pronto a todos nós na ABED: a representação, a convivência interna e o relacionamento com o âmbito externo. Outras se colocarão a seu tempo. Portanto, pensemos sobre o que nos é mais imediato.

A primeira missão, aquela que dá sentido a ABED, é a representação dos associados quanto aos seus interesses científicos e acadêmicos perante organismos e agências de fomento a pesquisa. Não se trata de representação sindical, mas cultural. A identidade acadêmica dos pesquisadores e programas de estudos de Defesa, e de temas associados ou vizinhos, decorrerá em boa medida da visibilidade que a ABED obtiver em suas atividades.

A segunda missão é voltada para dentro da instituição, dizendo respeito aos termos de convivência, ao dialogo permanente, ao intercambio de áreas de conhecimento, ao apoio as iniciativas inovadoras e aos programas em dificuldades que estarão representados na ABED pelos pesquisadores a ela associados. Esta perspectiva democrática e tolerante, ao mesmo tempo instigante e criativa, evitará que a ABED siga caminhos dolorosos e pouco eficientes. Vale lembrar a sabedoria jurídica, segundo a qual uma negociação (nem sempre boa em seus termos) é melhor do que um conflito sem final e conseqüências previsíveis. Porque cultivaram o diálogo, houve instituições que superaram dificuldades internas pelo caminho do diálogo. Porque não o adotaram, outras soçobraram.

Para a missão aqui considerada, a ABED poderá estimular o desenvolvimento de pesquisas sobre processos externos ao Brasil, a exemplo de pesquisas já em andamento. Ou seja, pesquisas sobre o âmbito regional mais próximo (América do Sul, América Central e Caribe), a Europa, a América do Norte, a África, a Ásia, etc.

Quanto às relações com o Estado, destacam-se as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o Ministério da Defesa, o Ministério das Relações Exteriores (cujo papel sobre a Defesa Nacional é muito mais amplo do que podemos imaginar), as diversas instituições das Forças Armadas, a Justiça Militar, etc. Além de facilitar o acesso de pesquisadores, a ABED poderá pleitear oportunidades de estágios e de oferecimento de assessoriais de que

tanto se ressentem algumas destas áreas. Considerando que os temas da Segurança Pública chegam cada vez mais ao campo da Defesa Nacional e Estudos Estratégicos, estes propósitos valerão também para as Assembléias Legislativas, Secretarias de Segurança, polícias, etc.

O meio ambiente social e político da Defesa Nacional.

A expressão “Estudos de Defesa” não corresponde a uma área específica das ciências, sequer das Ciências Humanas. Imagino que a ABED poderá contribuir para o diálogo entre estes setores, colocando lado a lado estudantes e pesquisadores provenientes das grandes áreas do conhecimento. Terão todos a aprender com esta convivência. Mas eu me permito exemplificar com as Humanas, onde atuo. Quanto mais antropólogos, historiadores, juristas, sociólogos, politólogos, etc., se formarem nos temas de Defesa, quanto mais se dispuserem a trabalhar juntos, maior será o progresso da ABED e melhor poderá ser o clima para estes temas em nosso país.

A propósito, são 96 trabalhos inscritos sobre temas importantíssimos. Creio que eles constituem uma amostra da enorme potencialidade da ABED, além da pluralidade de interesses temáticos.

O campo político da Defesa Nacional relaciona-se com o campo das relações exteriores. Porém, esta relação nunca foi exclusiva no Brasil em razão dos processos de associação de interesses entre grupos políticos e grupos militares. Por iniciativa própria ou pelas condições derivadas das ações de governo e da capacidade de pressão de grupos políticos, as Forças Armadas (leia-se: grupos no interior do Exército) atuaram para apoiar a governabilidade ou, ao contrário, para combatê-la e torná-la inviável. O estudo de José

Murilo de Carvalho sobre a força de desestabilização, promovida por setores militares na Primeira República,³ é um exemplo clássico do que estamos afirmando.

De outro lado, vigorou até o início da presidência de Fernando Henrique Cardoso uma relação entre tais papéis e a existência de ministérios militares. Mas foi a Constituição de 1988 que eliminou a super-poderosa estrutura do Conselho de Segurança Nacional, que exercia influência decisiva no processo decisório sobre as políticas em geral, consideradas partes de uma grande Estratégia Nacional.

Somos testemunhas de importantes mudanças no campo da Defesa Nacional, as quais têm a ver com as relações das Forças Armadas com o governo federal naquilo que se costuma identificar como *direção civil*. O controle civil sobre as Forças Armadas dever ser permanentemente qualificado. Não basta existir o controle, ele deve ser eficiente, eficaz, previdente e altamente capaz. Associando “controle” com “direção civil”, é correto afirmar que eles existem entre nós, porém, de modo precário e com conseqüências disfuncionais para o preparo militar e para os interesses brasileiros de longo prazo.

Em todo caso, estou de acordo com Adam Przeworski quando afirma:

*“A democracia pode funcionar somente se os que têm as armas obedecem aos que não as têm. Portanto, a tarefa central na construção das instituições democráticas duráveis é a imposição do controle civil sobre os militares”.*⁴

A criação do Ministério da Defesa (1999) é simultânea à extinção dos ministérios militares e da criação dos comandos militares (Marinha, Exército e Aeronáutica). Formalmente, encerrou-se a função militar vinculada à estabilidade e à governabilidade. Restou às Forças Armadas a condição de instrumentos de que o Presidente da República dispõe para a relação com o exterior e para assegurar-se de força federal em determinadas

³ José Murilo de Carvalho, “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. Cadernos DCP, 1, março de 1974. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais/Departamento de Ciência Política.

⁴ PRZEWORSKI, Adam. “Presentación”. In. ACUÑA, Carlos H. et al. *Juicio, castigos y memorias. Derechos humanos y justicia en la política argentina*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1995.

crises (intervenções nos Estados e Segurança Pública). O pequeno espaço de atuação política das Forças Armadas se restringe (além da autonomia autárquica de sua formação profissional) a reagir contra ameaças aos limites da anistia política, abertura ou não dos arquivos do regime militar (leia-se: informações sobre assassinatos, desaparecimentos, tortura, etc.). Estas questões tornaram-se mais patentes e agudas por ocasião do lançamento do livro *Direito à Memória e à Verdade*, publicação oficial do governo do presidente Lula. Até mesmo o espaço operacional do controle aéreo está sendo colocado em questão por razões bastante conhecidas.

Portanto, a primeira grande mudança é o Ministério da Defesa. Não tanto pelos efeitos benéficos que terá produzido (a quem pense o contrário), mas porque destituiu dos militares a função histórica de apoio aos governos. Na democracia, os governos dependem de apoios políticos, não apoios militares. Neste sentido, do ponto de vista formal, a democracia brasileira inscreve-se nos critérios de Norberto Bobbio e Giuseppe Vergottini de subordinação militar ao poder civil. Eles são até mesmo singelos, mas distinguem situações democráticas e não-democráticas. Em primeiro lugar, o comando presidencial é indiscutível. Foi necessário que a LC 97/99 estabelecesse que somente o presidente da República determinará o emprego das Forças Armadas para manter a “lei e a ordem”, pois a Constituição era ambígua a respeito. Em segundo lugar, as Forças Armadas devem ter isenção político-partidária. Ou seja, elas não são partidárias nem contam para o jogo entre os partidos. Em terceiro lugar, o ordenamento militar deve inscrever-se como plenamente legal no ordenamento jurídico nacional. Em quarto lugar, toda ação militar (guerra ou ordem pública) corresponde a uma decisão política, pois, neste aspecto, as Forças Armadas influenciam, mas não deliberam. Finalmente, as Forças Armadas são nacionais, não regionais nem estaduais.⁵

O Ministério da Defesa pode não ser decisivo no tocante aos critérios de Bobbio. Ele o será se contribuir para a estabilidade da democracia e para a adequada promoção da Defesa Nacional.

⁵ Verbete “Defesa”. Norberto Bobbio e outros. Dicionário de Política. 5ª ed. Trad. Carmem C. Varrialle e outros. Pref. Fernando Henrique Cardoso. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000, p.315-316.

A exemplo de boa parte, senão da totalidade, dos países vizinhos o Congresso Nacional pouco se dá à temática da Defesa Nacional, embora se destaque por intervenções pontuais positivas. Este é o caso dos recursos para o Programa Calha Norte. Já com relação à Educação militar, às Doutrinas das Forças Armadas e às condições materiais destas instituições, à sua Ciência e Tecnologia, o material bélico, etc., o Congresso atua de modo muito insatisfatório. Afinal, ele reflete a inação do próprio governo, a inquietação da sociedade quanto à Segurança Pública, além do realismo segundo o qual o parlamentar deve dedicar-se aos temas que lhe proporcionam a renovação dos mandatos. Porém, Defesa Nacional e Forças Armadas não dão votos.

No entanto, o alheamento do Congresso constitui um problema sério demais para a democracia. Até porque a mudança mais acentuada é o emprego militar na Segurança Pública. O primeiro passo foi dado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que, com base em parecer do AGU, considerou que os militares atuando na Segurança Pública se encontravam na situação legal “como se fossem policiais militares”. Em consequência, poderiam desempenhar o policialmente preventivo e o policiamento repressivo. Ficaram a descoberto num aspecto muito sensível, pois poderiam ser julgados pela Justiça civil em delito contra a vida.

Se o Congresso deve aprovar as ações externas, como ficar alheio ao emprego nacional do principal instrumento de força do Estado nacional? Trata-se da função corriqueira de fiscalização de que o Poder Legislação abre mão ao deixar apenas ao Executivo as condições de emprego e prestação de contas de tais ações militares.

O presidente Lula está aprofundado o envolvimento do Exército na Segurança Pública ao lhe atribuir as funções plenas de polícia (inclusive judicial), em zonas de fronteira, nas condições que a Emenda Constitucional 117 (2004) estabeleceu, sem resolver o aspecto acima indicado sobre julgamento civil de militares. O governo atual criou a Força Nacional de Segurança Pública, que depende dos Estados que fornecem, temporariamente, policiais militares a esta força federal. Para superar o caráter temporário e provisório, o deputado federal Jorge Bittar (PT-RJ) apresentou a Proposta

de Emenda Constitucional 63/2007 para abrigar a Força Nacional de Segurança Pública no artigo 144 da Constituição Federal.

No plano da Defesa Nacional, poderá haver conseqüências efetivas da ampliação da participação militar na Segurança Pública. Até porque vigora elevada sensibilidade social para esta, não para a Defesa Nacional. Em encontro promovido há dias pelo Center for Hemispheric Strategic Studies em Washington, DC, problemas similares foram analisados com relação a outros países. Portanto, esta modalidade de emprego da força militar está a constituir uma tendência em nossa região. Sendo assim, a ABED deveria promover encontros sobre estas mudanças, incluindo a temática das organizações criminosas e seus métodos terroristas que condicionam as mudanças em curso.

Considerações finais.

Conto com a paciência de vocês para algumas considerações finais. A democracia é nosso norte, nosso ponto de referência, nosso valor universal. Ela não limita os temas e pode beneficiar-se do conhecimento produzido em nosso campo de atuação. O povo brasileiro tem o direito de conhecer sua história, incluindo os fatos e processos relacionados com a repressão ao longo do regime militar e nos dias atuais também, quando os crimes cometidos por agentes públicos é de uma gravidade gritante do ponto de vista dos Direitos Humanos e do valor da democracia. Portanto, é indispensável a descoberta de arquivos oficiais e oficiosos e dos documentos que eles contêm. Esta será uma parte da história, mas o povo brasileiro tem o direito de conhecer o que fizeram, como se organizaram e que crimes cometeram as organizações revolucionárias que se levantaram contra o regime militar. Se o reconhecimento da responsabilidade do Estado (Lei dos Desaparecidos) abriu a possibilidade de recompensa financeira às famílias das vítimas e a Comissão de Anistia contempla pessoas que foram presas e torturadas, a democracia brasileira deverá – de modo correspondente – contemplar as famílias de agentes públicos que foram feridos ou mortos em confronto com grupos revolucionários.

Os primeiros aturam contra o Estado, os segundo a favor do Estado, sendo este uma ditadura. Hoje, a democracia – sua estabilidade e seu aprofundamento - é o valor único capaz de definir estes passos difíceis e necessários. Não vejo justificativa para o fato da família Kozel receber apenas a pensão do soldado Mário Kozel Filho, cuja morte foi provocada por explosão de uma bomba quando ele se encontrava, a serviço, na guarita de unidade militar em São Paulo. A democracia brasileira precisa dar mais este passo na direção de seu próprio enraizamento e amadurecimento.

As Forças Armadas atuam no Haiti sob a bandeira da ONU e em conexão com forças de países vizinhos. Outras missões ocorrerão, até porque correspondem ao interesse da política externa do Brasil, além de responderem às situações humanas deploráveis. Que venham à luz estudos sobre tais participações dos militares brasileiros. A ABED poderá estimulá-los de diversas formas. Aqui a contribuição dos juristas será igualmente relevante, em razão da premência em torno do Direito Internacional Humanitário.

A situação estratégica da região é altamente desafiadora. Afinal, governos que se identificam como progressistas dirigem processos tendentes a implantar regimes autoritários, que restringem a expressão da pluralidade política e adotam normas para mandatos ilimitados de seus presidentes. Ao mesmo tempo, uma franca corrida armamentista se desenha na área andina, ao passo que as Forças Armadas brasileiras mal têm recursos para gastos em treinamento.

Voltando ao nosso Brasil, dirigir a Defesa Nacional de ser e é mais e mais complexo do que equacionar a crise aérea e gerenciar a crise da Segurança Pública. Há propósitos de reforma do Ministério da Defesa e de investimentos nas Forças Armadas. No entanto, no meu entender, isto pressuporia a adoção do Livro de Defesa Nacional (desejo muito distante) ou, no mínimo, a atualização da Política de Defesa Nacional. Vale perguntar sobre os propósitos do governo para a Defesa Nacional no plano interno e no plano internacional. Até agora, vivemos apenas conjecturas.

Perdoem-me a extensão destas reflexões. Tratei de alguns dos grandes temas que se colocam ao nosso esforço de pesquisa e à nossa militância enquanto profissionais e

cidadãos. Eles constituem desafios para a democracia brasileira e para todos nós, em nossas instituições e no âmbito da Associação Brasileira de Estudos de Defesa.

Muito obrigado.